

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

D278t de Souza Ferreira, Stefany.
Transporte Escolar E Escola Do Campo: Impasses E Desafios
Para Uma Educação De Qualidade / Stefany de Souza Ferreira. —
2026.
13 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Ronaldo Henrique Santana
Trabalho de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará,
Campus Universitário de Altamira, Faculdade de Etnodiversidade,
Altamira, 2026.

1. Educação do Campo. 2. Transporte Escolar. 3. Ensino e
Aprendizagem. I. Título.

CDD 370



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

STEFANY DE SOUZA FERREIRA

**TRANSPORTE ESCOLAR E ESCOLA DO CAMPO: IMPASSES E
DESAFIOS PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE**

**Porto de Moz – PA
Fevereiro 2026**

STEFANY DE SOUZA FERREIRA

TRANSPORTE ESCOLAR E ESCOLA DO CAMPO: IMPASSES E DESAFIOS PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado para obtenção do título de
licenciado em Educação do Campo,
ênfase em Ciências da Natureza,
Faculdade de Etnodiversidade, Campus
de Altamira, da Universidade Federal do
Pará.

Orientador: Dr. Ronaldo Henrique
Santana

Porto de Moz – PA
Fevereiro 2026

FOLHA DE APROVAÇÃO

STEFANY DE SOUZA FERREIRA

TRANSPORTE ESCOLAR E ESCOLA DO CAMPO: IMPASSES E DESAFIOS PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do título de licenciado em Educação do Campo, ênfase em Ciências da Natureza, Faculdade de Etnodiversidade, Campus de Altamira, da Universidade Federal do Pará.

Banca examinadora:

Profa. Dr. Ronaldo Henrique Santana (orientador)

Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Márcio Rogério (examinador)

Universidade Federal do Pará

Prof. Dra. Ana Paula (examinadora)

Universidade Federal do Pará

DEDICATÓRIA

Dedico, primeiramente, aos meus pais Maria Ester Ferreira de Souza e Evanielco Ribeiro Ferreira, em especial à minha mãe, que, ao saber que eu havia sido aprovada no PSE, não mediu esforços para me manter na cidade, arcando com meus custos no início, quando eu ainda não tinha família. Suas palavras “vai, filha, só vai que eu vou dar um jeito de te manter, não perca essa oportunidade” foram decisivas para que eu seguisse firme nessa caminhada. Dedico aos meus irmãos Evanderson, Evilin e Marta que sempre acreditaram que eu sou capaz de vencer.

Dedico ao meu esposo, que chegou à minha vida no segundo módulo do curso e, desde então, sempre me incentivou. Em todas as vezes em que pensei em desistir, foi ele quem me motivou a continuar e a não abandonar esse sonho. Dedico à minha segunda família, a turma de Educação do Campo, por caminhar comigo, compartilhar desafios e ser apoio nos momentos em que mais precisei.

Dedico também ao meu orientador, Ronaldo Henrique Santana, que sempre acreditou no meu potencial e fez parte desse processo, contribuindo de maneira importantíssima para a realização deste trabalho. Dedico, ainda, ao meu tio Matias Souza, que hoje já não está mais entre nós, mas que sempre sonhou em me ver formada nesta profissão que ele tanto admirava. Suas palavras permanecem vivas em minha memória e seguem me guiando: “Estuda, minha filha, para você ser uma professorona para ensinar o titio.”

Por fim, dedico este trabalho aos entrevistados, pois, sem suas contribuições, não teria sido possível a coleta de dados e, conseqüentemente, a realização deste estudo e o cumprimento das exigências acadêmicas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela oportunidade concedida, pela força e pela graça de permitir que eu, sendo uma ribeirinha do interior, conquistasse uma vaga em uma universidade federal, tornando possível a realização deste sonho.

Agradeço aos meus pais, pelo incentivo constante e por nunca deixarem de acreditar em mim, aos meus irmãos, pelo apoio e compreensão, e ao meu esposo, por estar ao meu lado, me apoiar e me fortalecer em todos os momentos dessa trajetória.

Agradeço à universidade e à faculdade pela oportunidade de formação e por ofertar turmas em nosso município, ampliando o acesso ao ensino superior e contribuindo para a formação de sujeitos comprometidos com suas realidades.

Agradeço a todos os professores e orientadores que fizeram parte da minha trajetória acadêmica ao longo desses quatro anos, pelos ensinamentos, orientações e contribuições para minha formação. Em especial, agradeço ao professor doutor Ronaldo Henrique Santana, que foi meu orientador nos Tempos Comunidade e, posteriormente, no Trabalho de Conclusão de Curso, sempre acreditando no meu potencial e contribuindo de forma significativa para este processo.

Agradeço aos meus amigos e amigas de turma, pela parceria de sempre, desde o início do curso até esta reta final, pelo apoio, companheirismo e pelos momentos compartilhados ao longo dessa caminhada.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar os impasses do transporte escolar no processo de garantias de direito à educação, dos alunos em uma escola do campo localizada no município de Porto de Moz, no Estado do Pará. A realidade dos estudantes da zona rural é marcada por inúmeros desafios, entre eles a precariedade da infraestrutura dos transportes, a irregularidade no fornecimento de combustível, a falta de pagamento e as condições naturais da região, como o período da seca e das cheias dos rios. Esses fatores interferem diretamente na frequência escolar, na pontualidade, no desenvolvimento da aprendizagem e muitas vezes na motivação dos estudantes para permanecerem na escola. Os resultados indicam que a precariedade do transporte escolar gera cansaço físico, faltas constantes e em alguns casos evasão escolar. Além disso, ficou evidente que os estudantes chegam à escola cansados devido aos longos trajetos, o que compromete a concentração e o aproveitamento das aulas, a pesquisa também revela que, apesar de existirem políticas públicas voltadas ao transporte escolar, ainda há uma distância significativa entre o que está previsto legalmente e o que acontece na prática nas escolas do campo. Diante disso observa-se que o transporte escolar é um elemento fundamental para garantir o direito à educação dos estudantes do campo, quando realizado de forma inadequada, torna-se mais um obstáculo no processo educativo. Assim, reforça-se a necessidade de Investimentos em políticas públicas que assegurem um transporte escolar digno, seguro e adequado às especificidades das populações do campo.

Palavras-chave: Educação do campo; Transporte escolar; Ensino e aprendizagem.

¹ Acadêmica do curso de Licenciatura em Educação do Campo, Porto de Moz Pará, Faculdade de Etnodiversidade, Campus Universitário de Altamira, Universidade Federal do Pará. Email: stefanysouza02472@gmail.com

² Docente da Faculdade de Etnodiversidade, Campus Universitário de Altamira, Universidade Federal do Pará. E-mail: ronaldobio@ufpa.br

D278t de Souza Ferreira, Stefany.
Transporte Escolar E Escola Do Campo: Impasses E Desafios
Para Uma Educação De Qualidade / Stefany de Souza Ferreira. —
2026.
13 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Ronaldo Henrique Santana
Trabalho de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará,
Campus Universitário de Altamira, Faculdade de Etnodiversidade,
Altamira, 2026.

1. Educação do Campo. 2. Transporte Escolar. 3. Ensino e
Aprendizagem. I. Título.

CDD 370

INTRODUÇÃO

A realidade dos alunos que moram na zona rural é bem diferente de quem estuda na cidade. Muitos enfrentam dificuldades para chegar até a escola, e uma das principais delas é o transporte escolar. Em alguns casos, os estudantes precisam sair de casa horas antes do horário de aula devido a distância que percorrem de casa até a escola, isso acaba afetando não só o corpo, devido ao cansaço físico, como também o aprendizado e o interesse de estudar.

Em escolas do campo do Município de Porto de Moz, Pará essa situação é muito comum na maioria das comunidades. A distância do percurso até a escola, os problemas com combustível e a estrutura do transporte escolar dificultam muito a vida e a permanência desses estudantes na escola. O transporte que por direito deveria ser garantido acaba sendo mais um desafio enfrentado por estudantes das escolas do campo.

Observando esses desafios durante minhas pesquisas dos tempos comunidade (TC) realizados no exercício do curso de Licenciatura em Educação do Campo, ênfase em Ciências da Natureza, especialmente aos dados levantados no segundo semestre de 2024, por meio de entrevistas e observações, surgiu o interesse em mergulhar na pesquisa sobre esse tema, pois acredito que entender como o transporte escolar impacta o ensino e a aprendizagem de forma significativa, e sua qualidade pode ajudar a melhorar a realidade dos estudantes das escolas do campo.

A educação do campo sempre foi marcada por desafios e, muitas vezes, as políticas públicas não chegam com a mesma força nas comunidades rurais e isso acaba interferindo na qualidade do ensino. Um desses desafios é o transporte escolar, quando o transporte escolar não funciona como deveria, os alunos acabam faltando mais, chegando cansados ou atrasados e isso acaba atrapalhando o aprendizado. Segundo Arroyo (2004), a educação do campo precisa ser pensada a partir das necessidades e realidades das pessoas que vivem nessas comunidades e isso inclui o acesso à escola e tudo que envolve esse caminho, como o transporte, por exemplo.

Já Caldart (2008), também defende que a Educação do Campo deve garantir os direitos básicos dos estudantes, incluindo o transporte como parte do processo educativo. Ela acentua que estudantes no campo não podem continuar sendo tratados com descaso e que o acesso à escola precisa acontecer de forma segura, no tempo certo, com estrutura do transporte adequado e respeito às condições de vida dos estudantes.

Em um trabalho realizado no município de Monte Alegre, de Goiás, Conceição (2019), mostrou que os alunos da zona rural enfrentam dificuldades parecidas com as de muitas outras regiões: Longas distâncias, transportes inseguros e falta de horários fixos. Essas situações acabam prejudicando o desempenho dos alunos, fazendo com que faltem mais fiquem cansados ou até desmotivados.

Amaro, Rodrigues e Saturnino (2021) ao analisarem várias pesquisas sobre o transporte escolar e educação do campo em todo o Brasil, identificaram que esses problemas são recorrentes, mesmo com as políticas públicas em vigor. O estudo deles mostra que ainda existe uma diferença grande entre o que está previsto nas leis e o que acontece na prática nas escolas do campo.

Tadesco, Gasparini e Menezes (2008), também apontam que em muitos lugares do Brasil, o transporte escolar rural é feito sem planejamento adequado e com veículo sem estruturas. Essa realidade afeta diretamente a qualidade da educação, principalmente para quem mora longe da escola, e depende do transporte público para ter acesso à escola.

O transporte escolar é um direito garantido pela Constituição Federal e tem como objetivo assegurar que os alunos tenham acesso e permanência na escola através e programas federais, como o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e o Programa Caminho da Escola, que foram criados para apoiar estados e municípios na oferta desses serviços, especialmente em áreas rurais. No entanto conforme, destaca Oliveira (2022), na região amazônica, as condições geográficas e climáticas dificultam o funcionamento regular do transporte escolar, principalmente nos períodos de cheia e seca, como mencionado pelos entrevistados. Essa realidade faz com que muitos estudantes enfrentem dificuldades para chegar à escola o que interfere diretamente na frequência e no processo de aprendizagem, conforme evidenciado nas entrevistas realizadas.

Com base nesses estudos, fica claro que o transporte escolar influencia diretamente na qualidade de ensino da Educação do Campo, pois quando realizado de maneira adequada garante o acesso e fortalece o ensino, mas quando é falho, vira mais um desafio para os alunos continuarem seus estudos.

Diante deste contexto, este artigo tem como objetivo analisar os impasses do transporte escolar no processo de garantia do direito à educação de estudantes do campo, bem como descrever de que forma essas dificuldades impactam a frequência, o desempenho e a permanência dos alunos na escola.

JUSTIFICATIVA

A escolha desse tema se deu porque ele faz parte da realidade de muitos alunos da zona rural, inclusive de lugares que conheço de perto como em outros setores que já visitei enquanto acompanhava meu esposo em suas rotas de supervisão das escolas do campo de outros setores. Quem vive no campo sabe o quanto é difícil estudar quando o transporte escolar não funciona bem, já vi alunos perdendo aula por problemas no transporte, transporte sem estrutura adequada, falta de pagamento aos barqueiros, falta de alimentação escolar, falta de combustível e falta de barqueiros que pudessem buscar os alunos e até mesmo por causa da distância e das condições do trajeto até a escola.

O transporte escolar rural foi criado a partir da necessidade dos alunos de chegarem às escolas. Como existe uma parte da população que ainda reside em áreas rurais e o acesso às escolas nessas regiões é complicado pela longa distância entre as residências e as escolas, surge o transporte escolar rural com a intenção de facilitar e garantir o acesso às escolas, conforme estabelecido pela Constituição, (Brasil, 2018 p.2).

Essa pesquisa é importante porque o transporte escolar vai além de levar e trazer os alunos. Ele interfere diretamente no aprendizado, na presença em sala de aula e até no desejo de continuar estudando. Quando o transporte é ruim, tudo fica mais difícil, por isso é preciso olhar com atenção para esse problema e buscar formas de melhorar.

Além disso, esse trabalho tem importância social, acadêmica e pessoal. Social porque ajuda a dar visibilidade à realidade dos estudantes do campo e cobrar melhorias nas políticas públicas; acadêmica porque contribuiu com os estudos sobre a educação do campo e com a formação de professores comprometidos com a transformação social; e pessoal, porque acredito que todo aluno de qualquer lugar tem o direito de estudar com dignidade, sem passar por tantos desafios só para chegar até a escola.

METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, que buscou compreender a realidade do transporte escolar e como ele impacta o processo de ensino e aprendizagem dos alunos de uma escola do campo. A pesquisa foi realizada em uma Escola do Campo, Escola Municipal de Ensino Fundamental Paulo Freire, localizada na

comunidade São Miguel, Vila Pedreira, situada no interior da Reserva Extrativista Verde para Sempre, no interior do município de Porto de Moz no Estado do Pará, que atende estudantes da zona rural e que dependem em sua maioria, do transporte escolar fluvial para chegar até a escola.

Os sujeitos da pesquisa foram pais ou responsáveis pelos alunos, e barqueiros responsáveis pelo transporte escolar, sendo duas barqueiras e um pai de aluno além disso conversas abertas com barqueiros que não foi possível fazer o registro, mas que demonstraram enfrentar as mesmas dificuldade e desafios que os entrevistados. A escolha desses participantes se deu por serem pessoas diretamente envolvidas com a realidade do transporte escolar e que vivenciam no dia a dia as dificuldades relacionadas ao deslocamento dos estudantes até a escola.

A coleta de dados aconteceu de forma presencial e online por meio de um aplicativo de rede social chamada WhatsApp, foram realizadas observações durante visitas à escola, o que permitiu acompanhar a rotina escolar e as condições no transporte utilizado pelos alunos. Já a coleta de dados online foi realizada por meio de entrevistas, a partir de um roteiro com perguntas semiestruturadas, utilizando aplicativo de mensagens, possibilitando que os participantes contribuíssem com a pesquisa, mesmo quando não foi possível o encontro presencial. As entrevistas tiveram como objetivo compreender as experiências, percepções e dificuldades enfrentadas pelos pais, professores e barqueiros em relação ao transporte escolar e aos impactos na frequência dos alunos, no desempenho escolar e na permanência na escola.

Os dados coletados foram organizados e analisados a partir da análise de conteúdo, buscando identificar pontos em comum nas falas dos participantes e entender de que forma o transporte escolar interfere no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes do campo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta sessão do trabalho apresento e discuto os dados coletados por meio de entrevistas com uma barqueira do transporte escolar fluvial e um pai de aluno, ambos da comunidade “Por Ti Meu Deus”, vale que ressaltar que todos assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido. As entrevistas ajudaram a entender como funciona o transporte escolar, quais são as principais dificuldades enfrentadas no dia a dia e de que forma isso interfere na ida dos alunos da escola e na aprendizagem. O estudo tem caráter

qualitativo, pois considera a fala de quem vive essa realidade todos os dias, o que permite compreender melhor a situação do transporte escolar na comunidade.

A barqueira entrevistada se chama Rosinete Quaresma da Silva, de 40 anos, que trabalha há 4 anos no transporte escolar fluvial e é responsável por transportar cerca de 30 alunos até a escola em seu barco, (Fig 1).

Fig. 1 – Barco Rosinete Quaresma da Silva, em reforma para o ano letivo de 2026.



Fonte: Gabriel (filho de Dona Rosinete).

O transporte é feito por meio de barco, que é a única forma de acesso dos alunos à escola. Essa realidade é comum em comunidades ribeirinhas da Amazônia, onde o transporte hidroviário é fundamental para garantir o direito à educação. Já que não existem estradas ou outros meios de locomoção (Souza, Cunha e Correia, 2018).

A segunda barqueira entrevistada é Naiara Ribeiro da Costa, de 31 anos que atua no transporte escolar há 10 anos, porém, em condições ainda mais limitadas. Pois, segundo ela, o transporte (Fig. 2) não possui monitor, porque atende alunos do ensino fundamental maior. Além disso, o barco não conta com equipamentos de segurança e a estrutura da embarcação não é considerada adequada para levar os alunos com total segurança até a escola. Esses relatos mostram que, mesmo sendo um serviço fundamental, o transporte escolar ainda apresenta muitas fragilidades, principalmente no que se diz respeito à segurança e à estrutura das embarcações. Situações já discutidas em estudos sobre o transporte escolar rural e ribeirinhos (Educação Pública, 2025).

Fig. 2: Transporte, barco de Naiara, pilotado por seu esposo, Joabe Oliveira.



Fonte: Acervo da pesquisadora

As duas barqueiras relataram que as dificuldades aumentam no período de cheias e de secas. No período da cheia, o principal problema é o deslocamento de barrancos, que descem de outros rios e impedem que o barco encoste no Porto para embarcar os alunos. Já no período da seca, a dificuldade ocorre porque a água seca muito limitando a aproximação do barco até a beira do Rio. Nessas situações, os alunos precisam utilizar canoas para conseguir alcançar o barco, o que torna o trajeto mais cansativo e dificultoso. A literatura aponta que essas variações naturais dos rios interferem diretamente no acesso à escola e dificultam a rotina escolar dos alunos ribeirinhos (Brasil, 2014).

Outro problema relatado pelas barqueiras é a falta de combustível em alguns dias, o combustível não é suficiente para realizar o transporte e o barco precisa parar os serviços só volta a funcionar quando o combustível é enviado novamente pela empresa responsável pela distribuição de combustível, até o momento não se sabe o motivo pois o dono da empresa apesar de eu tentar saber a razão desta situação não consegui contato com ele. Essa situação faz com que os alunos deixem de ir à escola com frequência, à literatura, aponta que a falta de recursos básicos, como combustível, comprar, comprometem a regularidade do transporte escolar e afeta diretamente a frequência dos estudantes (Silva et al., 2025).

Segundo Pimenta (2015, p.36),

Muitos sujeitos que moram no campo e desejam prosseguir os estudos precisam enfrentar a difícil tarefa de deslocar-se, diariamente, para áreas distantes de sua comunidade, em direção ao local onde funciona a escola polo/núcleo mais próxima. Deste modo, a este sujeito é ofertado um transporte escolar, na maioria das vezes, em precário estado de conservação e sem condições mínimas de transportar alunos pelos rios, canais, estradas, ramais e furos, o que, além do perigo cotidiano que envolve o deslocamento diário dos alunos, há, ainda, o fato de que as viagens por serem longas e, na maioria das vezes, o são, principalmente em nosso estado, acabam tornando-se cansativas,

o que desfavorece o desempenho para o desenvolvimento de uma adequada aprendizagem por parte dos estudantes.

O que a autora aponta como um desfavorecimento é sentido na prática, quando o transporte falha por falta de combustível ou quebra no motor. Nessas horas, o aluno não apenas se cansa, eles simplesmente deixam de frequentar a sala de aula. Assim, a precariedade do transporte escolar em nossa região acaba sendo um dos principais motivos que dificultam a permanência desses jogos na escola.

Sobre a estrutura da embarcação, a barqueira informou que o Barco possui itens de segurança, como colete salva vidas, proteção no volante do motor e no eixo, além de bancos tolda parede, banheiro e bebedouro. Mesmo assim, já ocorreram problemas mecânicos no motor, sendo necessário ir até a cidade para realizar o conserto, pois na comunidade não há mecânico. Essa dificuldade é comum em áreas ribeirinhas, onde a distância dos centros urbanos dificulta a manutenção das embarcações escolares, (Educação Pública, 2025).

A Barqueira relatou que há atraso no pagamento que já chegou até 3 meses sem receber, mesmo sem receber, ela continua trabalhando para não prejudicar os alunos, pois sabe que seu transporte parar, os estudantes deixam de ir à escola. Essa situação mostra a precarização do trabalho dos profissionais do transporte escolar em áreas rurais e ribeirinhas o que já é apontado em estudos sobre o tema (Souza et al., 2018)

Em relação ao trajeto Naiara Ribeiro da Costa informou que o percurso até a escola ocorre das 10:30 até às 12:45, sendo um tempo considerado longo, o que pode gerar desgaste tanto para os alunos quanto para quem realiza o transporte. Ela transporta cerca de 6 alunos, mesmo com um número menor de estudantes, enfrenta as dificuldades relacionadas à estrutura do barco, à manutenção e à falta de apoio financeiro. Outro ponto destacado pela segunda barqueira é a questão do pagamento. Segundo ela, a maior dificuldade da profissão é o salário que não é considerado um salário justo, sendo no valor de 1300 reais. Além da ausência de benefícios, ela também relatou que o problema mais frequente é a quebra do motor, sendo necessário que o dono do transporte tire dinheiro do próprio bolso para pagar o conserto, pois a empresa responsável pelo transporte escolar não cobre esses custos, embora ela tenha afirmado que nunca ocorreu acidente durante a ida ou volta da escola, a falta de manutenção adequada e de equipamentos de segurança aumentam os riscos no transporte escolar o que é apontado em estudos sobre a segurança no transporte rural (Educação Pública, 2025).

De acordo com a legislação Brasileira, a responsabilidade pela oferta e manutenção e transporte escolar É dos entes públicos, especialmente dos municípios e estados, e recebem recursos do governo federal por meio do programa nacional de apoio ao transporte escolar PNATE. A lei número 10.880/2004 estabelece que esses recursos devem ser utilizados para garantir o funcionamento do transporte, incluindo despesas com manutenção, combustível e serviços mecânicos. Desta forma, quando os custos de manutenção são repassados aos barqueiros, evidencia se uma falha na execução das políticas públicas, uma vez que essa responsabilidade é do poder público.

Além das dificuldades estruturais relacionadas ao transporte escolar fluvial, destaca-se também o papel das mulheres que atuam como barqueiras nessas comunidades. Embora ainda existam poucos estudos específicos sobre mulheres nesse tipo de atividade, pesquisas sobre o papel feminino em contextos ribeirinhos apontam que as mulheres vêm ocupando espaços historicamente associados aos homens.

Nesse sentido, estudos sobre a atuação feminina em atividades como a pesca artesanal evidenciam que o trabalho das mulheres é fundamental para a subsistência das comunidades, apesar de ainda ser marcado pela desvalorização e invisibilidade social.

Assim, a presença de mulheres no transporte escolar fluvial, como barqueiras, demonstra não apenas sua importância nesse serviço essencial, mas também seu protagonismo na garantia do acesso à educação nas regiões ribeirinhas.

Além disso, de acordo com Meguis et al. (2017), o transporte fluvial desempenha um papel fundamental na vida das populações ribeirinhas, sendo essencial para o deslocamento e acesso a serviços básicos, como a educação. No entanto, os autores destacam que esse serviço ainda apresenta fragilidades, especialmente pela ausência de políticas públicas eficazes, realidade que também se confirma nos dados apresentados nesta pesquisa.

A fala do pai de aluno, José Ronaldo Ferreira da Silva, de 46 anos, reforça muitas das dificuldades apresentadas pelas barqueiras. Segundo ele, 4 estudantes de sua família dependem diretamente de transporte escolar para chegar à escola utilizando o barco como meio de locomoção, com o tempo médio de cerca de 40 minutos. Ele relatou que o transporte não funciona todos os dias e que já houve situações em que os filhos ficaram

esperando o barco, mas ele não chegou. Geralmente por falta de combustível ou problema no funcionamento do serviço. Essa irregularidade contribui para faltas frequentes, o que afeta diretamente a aprendizagem dos alunos (UFPA, 2019).

O pai considera o transporte escolar seguro em alguns casos, principalmente quando há monitora acompanhando as crianças. No entanto, ele destacou que, no período da seca, o acesso ao barco se torna mais difícil, pois ele não chega até à beira do rio, obrigando os alunos a caminhar mais ou utilizar canoa para alcançar o transporte em dias de vento forte. A situação agrava mais ainda. Essas dificuldades mostram como os fatores naturais influenciam diretamente o funcionamento do transporte escolar (Agência Brasil, 2014).

Segundo o entrevistado, o transporte escolar influencia diretamente o aprendizado dos filhos, pois quando o barco não funciona e os alunos ficam parados e acabam perdendo aulas. Ele reconhece que antes da existência, transporte escolar, o deslocamento era feito a remo, o que tornava o acesso à escola ainda mais difícil. Apesar das melhorias, ele acredita que o principal problema ainda é a quantidade insuficiente de combustível o que faz com que em alguns meses haja entre 12 a 18 dias letivo chegando no máximo 20 dias.

Na percepção das barqueiras e do pai de aluno, o transporte escolar influencia diretamente o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos. Quando o transporte funciona, facilita a ida a escola e melhora a frequência. Antes da existência do transporte escolar, muitos alunos precisavam ir de remo, o que tornava o trajeto mais cansativo, com o barco, houve melhora no acesso à escola, porém, quando o transporte não funciona os alunos ficam parados perdem aulas e tem o aprendizado prejudicado. Estudos apontam que a irregularidade no transporte escolar está diretamente relacionada as dificuldades no processo de ensino e aprendizagem dos alunos ribeirinhos (UFPA, 2019).

De modo geral, as falas das 2 barqueiras e do pai o transporte escolar é fundamental para garantir aos alunos o acesso à escola nas comunidades ribeirinhas, mas ainda enfrenta muitos desafios, como falta de equipamentos de segurança, problemas na estrutura das embarcações, manutenção precária, pagamento insuficiente, e falta de pagamento. Essa realidade se aproxima do que aponta (Oliveira, 2022), ao afirmar que é o transporte escolar em áreas ribeirinhas apresenta vias de acesso em trafegáveis e longos tempos de deslocamento, o que compromete tanto o acesso quanto a permanência dos estudantes na escola, colocando em questionamento o princípio da igualdade de

condições garantido pela lei de diretrizes e bases da educação nacional LDB nº 9,394/96, em seu Art. 3º, inciso I.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar esse trabalho, percebo que falar sobre o Transporte escolar na zona rural, é falar sobre a luta diária de quem vive no campo para garantir o direito de estudar durante as entrevistas ficou muito claro que o barco é o único caminho para a escola , mas esse caminho está cheio de dificuldade que nem sempre quem está na cidade consegue enxergar . A pesquisa mostrou que os problemas são muitos, desde o motor que quebra e precisa de conserto longe da comunidade até a falta de combustível que faz o aluno perder vários dias de aula no mês. Além disso, as condições da natureza, como a seca e a cheia dos rios, tornam tudo mais cansativo, ver que os alunos precisam usar canoas para chegar ao barco na época da seca, mostra que o esforço deles é muito grande, mas o apoio que recebem do governo ainda é muito pouco. Outro ponto que chamou minha atenção foi a situação das barqueiras, elas trabalham com amor aos alunos, chegando a ficar meses sem receber, tirando o dinheiro do próprio bolso para consertar o motor, fazer reparos e manutenção no transporte só para não deixar as crianças sem aula. Isso mostra que o transporte escolar hoje funciona muito mais pelo esforço dessas pessoas do que pela organização das políticas públicas. Como Oliveira (2022) bem disse, existe desigualdade muito grande no acesso à educação quando o transporte é precário.

Por tudo isso que vi e ouvi, concluo que o transporte escolar não pode ser visto apenas como “um barco que leva e trás”, ele é um direito do estudante. Ele influencia diretamente no aprendizado dos alunos e é a principal garantia de que esses alunos terão acesso à escola, visto que nas regiões ribeirinhas onde o acesso a escola na maioria das vezes é somente pelos rios nos quais é necessário um transporte fluvial adequado, sendo este a única forma de chegar até a escola. Espero que este artigo ajude a mostrar a realidade da nossa região e que sirva para exigir melhorias, para que futuramente o transporte seja seguro e regular respeitando o direito de nossos estudantes que residem no campo, estudar é um direito de todos, e o rio não deveria ser um obstáculo, mas sim o caminho para um futuro melhor.

REFERÊNCIAS

AMARO, Larissa; RODRIGUES, Ana Cláudia; SATURNINO, Marcelo. **TRANSPORTE ESCOLAR E EDUCAÇÃO DO CAMPO: o que revelam as investigações entre 2009-2019 na BDTD?**. *Communitas*, v. 5, n. 11, p. 369-384, 2021.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Educação do campo: notas para uma análise de trajetória. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos de (Orgs.). **Por uma educação do campo**: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004. p. 25-35.

CONCEIÇÃO, Viviane Fernandes da. **Educação do campo e transporte escolar**: dificuldades enfrentadas pelos alunos da zona rural do município de monte alegre de goiás. Trabalho de Conclusão de Curso de Educação do campo, Universidade Federal de Tocantins, Arraias, 2019.

CALDART, Roseli Salete. A educação do campo: desafios e perspectivas. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos de (Orgs.). **Por uma educação do campo**: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2008. p. 45-61.

TEDESCO, Giovana Megume Ishida; GASPARINI, Rozangela; MENEZES, P. B. Conhecendo o transporte escolar rural no Brasil. In: **CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM TRANSPORTES**. 2008. p. 1-12.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **O transporte escolar no Brasil**. Brasília: FNDE, 2018.

AGÊNCIA BRASIL. **Cheias e secas dificultam transporte escolar em comunidades ribeirinhas da Amazônia**. Brasília, 2014. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 17 fev. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004. Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 141, n. 110, p. 1, 11 jun. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.880.htm. Acesso em: 5 abr. 2026.

EDUCAÇÃO PÚBLICA. **Desafios do transporte escolar fluvial em regiões ribeirinhas**. 2025. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br>. Acesso em: 17 fev. 2026.

MEGUIS, T. et al. **A percepção dos usuários sobre a utilização do transporte fluvial em Soure – Marajó/PA**. [S. l.: s. n.], 2017.

OLIVEIRA, Rosangela. **O uso do transporte escolar por alunos das escolas públicas estaduais do município de Capanema-PA**. 2022. 19 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Pará,

Bragança, 2022. Disponível em: <https://bdm.ufpa.br/handle/prefix/43>. Acesso em: 17 fev. 2026.

SILVA, J. R.; TOBIAS, M. L.; BATISTA, A. S. Transporte escolar e permanência de estudantes em comunidades ribeirinhas. **Revista Educação e Sociedade**, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 17 fev. 2026.

SOUZA, M. A.; CUNHA, R. S.; CORRÊA, L. F. Educação e transporte escolar em áreas ribeirinhas da Amazônia. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 3, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br>. Acesso em: 17 fev. 2026.

PIMENTA, Ana Cristina Tavares. Educação do campo: recorte das políticas públicas no município de Maués-AM / Ana Cristina Tavares Pimenta. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). **Educação ribeirinha e os impactos do transporte escolar na aprendizagem**. Belém: UFPA, 2019. Disponível em: <https://www.ufpa.br>. Acesso em: 17 fev. 2026.



Autor(a):

Afiliação do autor(a):
Instituição de vínculo empregatício da autoria

CPF: Matrícula:

Telefone: E-mail:

Curso/Programa:

Orientador(a):

Coorientador(a):

Outros:

Membros da Banca:

Título e Subtítulo:

Data da Defesa:

Tipo de Documento: TC¹ TCCE² Dissertação Tese Livro
 Capítulo de Livro Artigo Científico Trabalho Apresentado em Evento

Outro:

TERMOS DE DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Declaro, para os devidos fins, que o presente trabalho é de minha autoria e que estou ciente dos Artigos 297 a 299 do Código Penal ([Decreto-Lei n. 2.848](#) de 7 de dezembro de 1940), da [Lei n. 9.610](#) de 19 de fevereiro de 1998 sobre Direitos Autorais, do [Regimento Geral da Universidade Federal do Pará](#), da [Lei n. 12.527](#) de novembro de 2011 que trata da Lei de Acesso à Informação, da utilização da licença pública internacional *Creative Commons* 4.0, e que plágio consiste na reprodução de obra alheia e submissão desta como trabalho próprio, ou na inclusão, em trabalho próprio, de ideias, textos, tabelas ou ilustrações transcritos de obras de terceiros sem a devida e correta citação referencial.

TERMO DE ACEITE E CONSENTIMENTO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Autorizo a Universidade Federal do Pará, na condição de Controladora de dados e a Biblioteca Central da UFPA na condição de operadora, a recolher, utilizar, registrar, tratar, processar, armazenar e avaliar meus dados pessoais fornecidos ao submeter a Declaração de Autoria, nos termos da [Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais \(LGPD\)](#) e [Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais da UFPA](#), com a finalidade de verificar a titularidades da obra, de elaborar estudos estatísticos e armazenar os registros.

ASSINATURA DO(A) AUTOR(A) VIA SOU.GOV

1 Trabalho de Curso de Graduação

2 Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização



TERMO DE AUTORIZAÇÃO E DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO EXCLUSIVA PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NO PORTAL INSTITUCIONAL DE ACESSO ABERTO DA UFPA

1. Tipo de Documento TC¹ TCCE² Dissertação Tese Livro
 Capítulo de Livro Artigo Científico Trabalho Apresentado em Evento
Outro:

2. Informações sobre a obra

Autor(a):
CPF: E-mail:
Telefone:
Curso/Programa:
Título do Documento:

Orientador(a):
Coorientador(a):
Outros:
Data da Defesa: Área do Conhecimento CNPq:
Área de Concentração:
Se Tese ou Dissertação
Linha de Pesquisa:
Se Tese ou Dissertação
Agência de Fomento:
Se houver

3. Informação de disponibilização do documento

Restrição para Publicação: Com restrição³ Sem restrição

Justificativa para Restrição:

A partir de qual data o documento poderá ser disponibilizado na íntegra?

1 Trabalho de Curso de Graduação

2 Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização

3 Será disponibilizado somente após a data informada neste termo, se houver. Na ausência da data, ocorrerá o embargo de 1 (um) ano a partir da data de entrega do documento e caso não ocorra a solicitação de prorrogação do embargo o trabalho será disponibilizado no repositório.

4. Permissões⁴

Permite uso comercial da obra? Sim Não

Permite modificações na obra? Sim Não

O documento está sujeito a patentes? Sim Não

5. Teses e Dissertações defendidas fora da Instituição


É Tese ou Dissertação defendida fora da UFPA? Sim Não

TERMO DE AUTORIZAÇÃO E DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO

Como titular dos direitos autorais da publicação mencionada, de acordo com a [Lei n° 9.610/98](#), autorizo a Universidade Federal do Pará (UFPA) a disponibilizar, sem ressarcimento de direitos autorais e conforme as permissões assinaladas acima, o documento em formato eletrônico e digital na internet e nas redes sociais. Essa autorização é dada para fins de leitura, impressão e download, com o objetivo de divulgar a produção científica gerada pela UFPA, a partir desta data.

TERMO DE ACEITE E CONSENTIMENTO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Autorizo a Universidade Federal do Pará, na condição de Controladora de dados e a Biblioteca Central da UFPA na condição de operadora, a recolher, utilizar, registrar, tratar, processar, armazenar e avaliar meus dados pessoais fornecidos ao submeter a Declaração de Autoria, nos termos da a [Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais \(LGPD\)](#) e [Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais da UFPA](#), com a finalidade de verificar a titularidades da obra, de elaborar estudos estatísticos e armazenar os registros.

Documento assinado digitalmente
 STEFANY DE SOUZA FERREIRA
Data: 07/05/2026 13:18:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ASSINATURA DO(A) AUTOR(A) VIA SOU.GOV